INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Arcos

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Campus Arcos

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Acessibilidade Curricular, Desenho Universal para a Aprendizagem e Avaliação Inclusiva

Modalidade EaD com Mediação Pedagógica

Arcos

27 de outubro de 2026

INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Arcos

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Campus Arcos

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Acessibilidade Curricular, Desenho Universal para a Aprendizagem e Avaliação Inclusiva

Modalidade EaD com Mediação Pedagógica

Projeto Pedagógico do curso "Acessibilidade Curricular, Desenho Universal para a Aprendizagem e Avaliação Inclusiva", submetido à Diretoria Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Arcos como requisito parcial para a aprovação de Curso FIC.

Arcos

27 de outubro de 2026.

Sumário

1. Dados institucionais
2. Dados gerais do curso
3. Justificativa
4. Objetivos do curso
5. Público-alvo
6. Pré-requisitos e mecanismos de acesso ao curso
7. Perfil do Egresso
8. Matriz curricular
9. Ementário
10. Procedimentos didático-metodológicos
11. Descrição dos principais instrumentos de avaliação
12. Definição dos mínimos de frequência e/ou aproveitamento da aprendizagem para fins de aprovação/certificação
13. Infraestrutura física e equipamentos

1. Dados institucionais

Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus* Arcos
CNPJ	10.626.896/0001-72
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Avenida Juscelino Kubitschek, 485, Bairro Brasília, Arcos - MG, 35.600-306
Telefone/Fax	(37) 3351 - 5173
Site da instituição	www.ifmg.edu.br/arcos

2. Dados gerais do curso

Nome do curso	Acessibilidade Curricular, Desenho Universal para a Aprendizagem e Avaliação Inclusiva
Número de vagas	720
Área de conhecimento	Professor de apoio educacional – CBO 2312-10
Carga horária	120 h
Modalidade da oferta	( ) Presencial ( ) Semipresencial (x) À distância com mediação pedagógica
Turno	( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite (x) Não se aplica
Público Alvo	Professores das redes públicas municipal e estadual
Ato legal de autorização	A preencher após aprovação e emissão da portaria de autorização

3. Justificativa

O presente documento apresenta o projeto pedagógico do Curso de Formação Continuada (FIC) em “Acessibilidade Curricular, Desenho Universal para a Aprendizagem e Avaliação Inclusiva

na modalidade EaD. A construção de uma educação pública inclusiva, equitativa e de qualidade constitui um compromisso ético, político e pedagógico que exige a superação das barreiras que dificultam o acesso ao currículo, a participação nas atividades escolares e a aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, torna-se fundamental investir na formação continuada dos professores, oferecendo subsídios teóricos e práticos que contribuam para o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de reconhecer e valorizar a diversidade presente nas salas de aula.

Embora os avanços legais e as políticas públicas de educação inclusiva tenham ampliado o reconhecimento do direito à educação para todos, ainda persistem desafios relacionados à organização curricular, à seleção de estratégias metodológicas, à produção de materiais acessíveis e à utilização de procedimentos avaliativos que considerem as diferentes formas de aprender e demonstrar conhecimentos. Diante dessa realidade, é necessário fortalecer a formação docente para que os professores possam identificar e eliminar barreiras pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e metodológicas que comprometem a participação e o desenvolvimento dos estudantes.

A acessibilidade curricular representa um elemento essencial nesse processo, pois busca garantir condições para que todos os estudantes tenham acesso aos conhecimentos, às experiências e às atividades propostas no currículo escolar. Sua efetivação requer planejamento pedagógico intencional, diversificação de estratégias de ensino, utilização de recursos acessíveis e adoção de medidas que considerem as necessidades, as potencialidades e as singularidades dos estudantes, sem comprometer o direito de todos ao acesso aos conhecimentos escolares.

Nessa perspectiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) apresenta contribuições relevantes para a organização de ambientes educacionais inclusivos. Fundamentado na compreensão de que os estudantes apresentam diferentes formas de se envolver com a aprendizagem, compreender informações e expressar seus conhecimentos, o DUA propõe o planejamento de experiências educativas flexíveis, com múltiplas formas de engajamento, representação e ação e expressão. Sua aplicação possibilita antecipar possíveis barreiras à aprendizagem e ampliar as

oportunidades de participação, reduzindo a necessidade de adaptações realizadas somente após o surgimento das dificuldades.

Outro aspecto fundamental para a consolidação de práticas inclusivas refere-se à avaliação da aprendizagem. Os processos avaliativos tradicionais, quando baseados em instrumentos rígidos e padronizados, podem dificultar a demonstração dos conhecimentos e das habilidades desenvolvidas por estudantes com diferentes características e necessidades educacionais. Nesse sentido, a avaliação inclusiva pressupõe a utilização de instrumentos diversificados, critérios claros, estratégias acessíveis e acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes, considerando a avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e como subsídio para a reorganização do planejamento pedagógico.

A articulação entre acessibilidade curricular, Desenho Universal para a Aprendizagem e avaliação inclusiva constitui, portanto, uma estratégia importante para o fortalecimento da educação inclusiva nas redes públicas de ensino. Esses três campos se complementam ao favorecer o planejamento de currículos acessíveis, a diversificação das práticas pedagógicas e a construção de processos avaliativos que respeitem as diferenças e promovam oportunidades equitativas de aprendizagem.

Diante disso, o projeto do curso de extensão “Acessibilidade Curricular, Desenho Universal para a Aprendizagem e Avaliação Inclusiva” justifica-se pela necessidade de ampliar e aprofundar os conhecimentos dos professores da Educação Básica, especialmente daqueles que atuam na rede pública de ensino, por meio de uma formação que articule fundamentos teóricos, marcos legais, análise de situações do cotidiano escolar e elaboração de estratégias pedagógicas aplicáveis à realidade das instituições de ensino.

A proposta pretende proporcionar aos participantes oportunidades de reflexão sobre suas práticas, identificação de barreiras à aprendizagem e construção de alternativas metodológicas que favoreçam o acesso ao currículo, a participação nas atividades escolares e a avaliação das aprendizagens. Busca, ainda, estimular o trabalho colaborativo entre professores, equipes pedagógicas e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), fortalecendo a corresponsabilidade institucional pela garantia do direito à educação inclusiva.

O projeto encontra respaldo nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 —, pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, e pela Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015 —, entre outros dispositivos legais e normativos pertinentes. Esses marcos reforçam a importância de assegurar condições de acessibilidade, participação e aprendizagem, bem como de promover sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino.

Dessa forma, espera-se que a formação contribua para o aprimoramento das competências profissionais dos professores, para a qualificação do planejamento pedagógico e para a adoção de práticas curriculares e avaliativas mais acessíveis, flexíveis e equitativas. Como resultado, pretende-se fortalecer uma cultura escolar comprometida com o respeito à diversidade, a valorização das diferenças e a garantia do direito de todos os estudantes de aprender, participar e desenvolver suas potencialidades.

4. Objetivos do curso

Promover a formação continuada de professores da Educação Básica, com ênfase na rede pública de ensino, para o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos relacionados à acessibilidade curricular, ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e à avaliação inclusiva, visando à construção de práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e equitativas que reconheçam e valorizem a diversidade dos estudantes, eliminem barreiras à aprendizagem e à participação e assegurem condições para o acesso, a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos.

5. Público-alvo

O curso, na modalidade EaD, é destinado a pessoas maiores de 18 anos, que sejam professores da rede pública municipal e estadual.

6. **Pré-requisitos e mecanismos de acesso ao curso**

O ingresso no curso de Formação Continuada em Formação e Atuação do Profissional de AEE deve atender aos requisitos e critérios vigentes nas legislações federais e normas internas do IFMG.

O ingresso neste curso se dá por meio de inscrição em edital específico.

7.Perfil do egresso

Espera-se que o professor egresso esteja apto a identificar e contribuir para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, planejar e desenvolver estratégias pedagógicas acessíveis, selecionar e utilizar recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, bem como colaborar na elaboração e implementação de ações e recursos pedagógicos que atendam às especificidades e potencialidades dos estudantes.

O profissional deverá desenvolver competências para atuar de forma colaborativa com professores regentes, equipes pedagógicas, gestores, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educativo, contribuindo para a construção de práticas inclusivas, para a articulação entre o AEE e o ensino comum e para a promoção da autonomia e da participação dos estudantes nos diferentes espaços escolares.

O egresso também deverá demonstrar capacidade de análise crítica das políticas públicas e da legislação vigente, compromisso ético com os direitos humanos, respeito à diversidade e à singularidade dos estudantes, além de responsabilidade quanto à acessibilidade, à proteção de informações pessoais e à promoção da equidade educacional.

Ao concluir o curso, espera-se que o professor esteja preparado para mobilizar os conhecimentos adquiridos na reflexão e no aprimoramento de sua prática profissional, contribuindo para a construção de ambientes educacionais acessíveis, acolhedores e comprometidos com a efetivação do direito à educação inclusiva, bem como para o desenvolvimento de uma cultura institucional que reconheça e valorize a diversidade humana.

8. Matriz curricular

As disciplinas que compõem a matriz curricular estão articuladas e fundamentadas numa perspectiva interdisciplinar. Na elaboração das matrizes de curso, a distribuição das disciplinas se dá da seguinte maneira: 6 disciplinas didáticas e carga horária geral do curso de 120 horas.

Ordem	**Unidade Curricular**	**Carga Horária Total**
01	Módulo 1 – Fundamentos da Educação Especial Inclusiva, Acessibilidade	15 h

	Curricular e Eliminação de Barreiras	
02	Módulo 2 – Desenho Universal para a Aprendizagem, Justiça Curricular e Planejamento Inclusivo	15 h
03	Módulo 3 – Mediação Pedagógica, Estratégias Diversificadas e Recursos de Acessibilidade.	30 h
04	Módulo 4 – Avaliação Formativa Inclusiva, Documentação Pedagógica e Acompanhamento das Aprendizagens.	15 h
05	Módulo 5 – Gestão Inclusiva da Sala de Aula, Trabalho Colaborativo e Articulação com o AEE.	15 h
06	Módulo 6 – Módulos Obrigatórios Transversais: educação inclusiva, gestão e meio ambiente.	30 h

9. Ementário

Planejamento e mediação pedagógica inclusiva em sala de aula comum. Aplicação das diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Acessibilidade curricular, acessibilização, estratégias diversificadas, recursos de acessibilidade e eliminação de barreiras. Gestão inclusiva da aprendizagem e práticas de avaliação formativa inclusiva. Avaliação inclusiva. Transversalidade da Educação Especial nas modalidades EJA e Educação do Campo. Módulos Obrigatórios (30h) inseridos para formação em fundamentos da inclusão, gestão e crise climática.

A organização curricular a seguir constitui uma proposta técnico-pedagógica de distribuição da carga horária, elaborada a partir da ementa institucional e dos conteúdos dos Cadernos 2 (AEE: concepções e metodologias), 5 (Tecnologia Assistiva) e, sobre o público, 8 (Deficiências sensoriais), 6 (Autismo) e 7 (Altas Habilidades ou Superdotação).
Distribuição da carga horária: 120 horas
Formação específica — 90h
Transversal — 30h

Disciplina: Fundamentos da Educação Especial Inclusiva, Acessibilidade Curricular e Eliminação de Barreiras		
Carga horária total: 15 h	**Abordagem metodológica:** Teórica	**Natureza:** Obrigatória

EMENTA:

Direito à educação inclusiva, modelo social da deficiência e identificação de barreiras à participação e à aprendizagem. Acessibilidade curricular e enfrentamento de práticas excludentes. Fundamentos da Educação Especial Inclusiva e responsabilidades institucionais. Relações entre currículo comum, equidade e justiça curricular.

Conteúdos programáticos: Direito à educação, participação e aprendizagem; público da Educação Especial. Modelo social da deficiência, anticapacitismo e ética do cuidado. Barreiras de acesso ao currículo e aos ambientes; acessibilidade curricular. Justiça curricular e responsabilidade da escola comum.

OBJETIVO GERAL:

Compreender os fundamentos históricos, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, analisando os marcos normativos nacionais e internacionais que asseguram o direito à educação, à acessibilidade, à equidade e à eliminação de barreiras, bem como o papel do profissional de apoio escolar na promoção da inclusão e da participação dos estudantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bibliografia Básica:

- Cadernos 2 (AEE), 3 (Documentação pedagógica) e 4 (Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula).
- PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; RODRIGUES, Nathália Meneghine dos Santos; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Atendimento Educacional Especializado (AEE): concepções e metodologias. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 2).
- PLETSCH, Márcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; NUNES, Francisca

Sueli Farias; GALERY, Augusto Dutra. Documentação do AEE na escola inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 3).

- BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso; LUSTOSA, Francisca Geny. Práticas pedagógicas inclusivas em salas de aula. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 4).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Disciplina: Desenho Universal para a Aprendizagem, Justiça Curricular e Planejamento Inclusivo		
Carga horária total:	**Abordagem metodológica:**	**Natureza:**
15 h	Teórica e P	Obrigatória

EMENTA:

Desenho Universal para a Aprendizagem como orientação para planejamento curricular acessível. Justiça curricular, intencionalidade pedagógica, diversificação de percursos e oportunidades de participação. Objetivos de ensino, materiais, organização de atividades e alternativas de envolvimento, representação e ação e expressão.

Conteúdos programáticos: DUA: múltiplos meios de envolvimento, representação e ação e expressão. Planejamento intencional e objetivos curriculares acessíveis. Justiça curricular e participação no currículo comum. Organização de tempo, espaço, agrupamentos e materiais. Planejamento situado na EJA e na Educação do Campo.

OBJETIVO GERAL:

Compreender e aplicar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como fundamentos para o planejamento curricular acessível, inclusivo e socialmente justo, desenvolvendo práticas pedagógicas intencionais que considerem a diversidade dos sujeitos, a flexibilização dos percursos de aprendizagem e a ampliação das oportunidades de participação no currículo comum,

contemplando as especificidades e os contextos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação do Campo.

Bibliografia Básica:

- Cadernos 2 (AEE), 3 (Documentação pedagógica) e 4 (Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula).
- PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; RODRIGUES, Nathália Meneghine dos Santos; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Atendimento Educacional Especializado (AEE): concepções e metodologias. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 2).
- PLETSCH, Márcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; NUNES, Francisca Sueli Farias; GALERY, Augusto Dutra. Documentação do AEE na escola inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 3).
- BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso; LUSTOSA, Francisca Geny. Práticas pedagógicas inclusivas em salas de aula. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 4).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Disciplina: Mediação Pedagógica, Estratégias Diversificadas e Recursos de Acessibilidade		
Carga horária total:	**Abordagem metodológica:**	**Natureza:**
15 h	Teórica com conteúdo não presencial	Obrigatória

EMENTA:

Mediação pedagógica inclusiva e diversificação de estratégias, linguagens, recursos e agrupamentos na sala comum. Acessibilização de atividades e materiais. Recursos de acessibilidade, Tecnologia Assistiva e Comunicação Aumentativa e Alternativa, em articulação com os apoios especializados. Promoção de participação, autonomia e aprendizagem.

Conteúdos programáticos: Mediação, linguagem e interação no processo de ensino. Diversificação de estratégias, agrupamentos e materiais. Recursos visuais, sonoros, táteis, digitais e multissensoriais. TA e CAA: conceitos e uso pedagógico orientado. Acessibilização de materiais e participação na EJA e Educação do Campo.

Objetivo geral:

Desenvolver mediações e estratégias diversificadas para assegurar participação e aprendizagem, mobilizando recursos de acessibilidade de modo intencional e colaborativo.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Básica:

- Cadernos 2 (AEE), 3 (Documentação pedagógica) e 4 (Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula).
- PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; RODRIGUES, Nathália Meneghine dos Santos; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Atendimento Educacional Especializado (AEE): concepções e metodologias. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 2).
- PLETSCH, Márcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; NUNES, Francisca Sueli Farias; GALERY, Augusto Dutra. Documentação do AEE na escola inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 3).
- BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso; LUSTOSA, Francisca Geny. Práticas pedagógicas inclusivas em salas de aula. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 4).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Disciplina:Avaliação Formativa Inclusiva, Documentação Pedagógica e Acompanhamento das Aprendizagens		
Carga horária total:	**Abordagem metodológica:**	**Natureza:**
30 h	Teórica com conteúdo não presencial	Obrigatória

EMENTA:

Avaliação da aprendizagem como processo formativo, inclusivo e contínuo. Critérios, instrumentos e devolutivas acessíveis. Registros pedagógicos, evidências de participação e aprendizagem, acompanhamento de percursos e replanejamento. Relações entre avaliação na sala comum, Estudo de Caso, PAEE e PEI, respeitadas as responsabilidades profissionais.

Conteúdos programáticos: Avaliação diagnóstica, formativa e processual; critérios e evidências. Diversificação de instrumentos: portfólios, registros, produções multimodais e observações. Devolutivas, autoavaliação e avaliação entre pares. Documentação pedagógica: Estudo de Caso, PAEE e PEI como instrumentos articulados. Ética e proteção de informações dos estudantes; avaliação na EJA e no Campo. .

OBJETIVO GERAL:

Compreender e desenvolver práticas de avaliação da aprendizagem como processos contínuos, formativos e inclusivos, utilizando critérios, instrumentos e devolutivas acessíveis que possibilitem identificar e acompanhar os percursos de aprendizagem, reconhecer as potencialidades e necessidades dos estudantes e orientar o replanejamento pedagógico. Articular os registros e as evidências de aprendizagem aos instrumentos de documentação pedagógica, como Estudo de Caso, PAEE e PEI, respeitando os princípios éticos, as responsabilidades profissionais e as especificidades dos contextos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação do Campo.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Básica:

- Cadernos 2 (AEE), 3 (Documentação pedagógica) e 4 (Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula).
- PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; RODRIGUES, Nathália Meneghine dos Santos; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Atendimento Educacional Especializado (AEE): concepções e metodologias. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 2).
- PLETSCH, Márcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; NUNES, Francisca Sueli Farias; GALERY, Augusto Dutra. Documentação do AEE na escola inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 3).
- BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso; LUSTOSA, Francisca Geny. Práticas pedagógicas inclusivas em salas de

aula. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 4).

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência..

Disciplina: Gestão Inclusiva da Sala de Aula, Trabalho Colaborativo e Articulação com o AEE		
Carga horária total: 15 h	**Abordagem metodológica:** Teórica	**Natureza:** Obrigatória

EMENTA:

Gestão inclusiva da sala de aula e da aprendizagem: organização de tempos, espaços, interações e rotinas. Ética do cuidado, participação e colaboração entre estudantes. Trabalho colaborativo entre professores da sala comum, AEE e gestão escolar. Estudo de Caso, PAEE e PEI como referências articuladas à prática docente, sem substituição de atribuições.

Conteúdos programáticos: Gestão de sala e gestão da aprendizagem; pertencimento e cooperação. Ética do cuidado, interdependência e relações pedagógicas. AEE: concepções, objetivos e articulação com a sala comum. Estudo de Caso, PAEE e PEI; articulação com PPP e trabalho docente. Arranjos colaborativos na EJA e na Educação do Campo.

OBJETIVO Geral:

Compreender e desenvolver estratégias de gestão inclusiva da sala de aula e dos processos de aprendizagem, considerando a organização intencional dos tempos, espaços, interações e rotinas, fundamentadas na ética do cuidado, no respeito à diversidade, na participação e na colaboração entre os estudantes. Promover práticas de trabalho colaborativo entre professores da sala comum, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da gestão escolar, articulando o Estudo de Caso, o PAEE e o PEI ao planejamento e à prática docente, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e com as especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação

do Campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- Cadernos 2 (AEE), 3 (Documentação pedagógica) e 4 (Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula).
- PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; RODRIGUES, Nathália Meneghine dos Santos;
- FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Atendimento Educacional Especializado (AEE): concepções e metodologias. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 2).
- PLETSCH, Márcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; NUNES, Francisca Sueli Farias; GALERY, Augusto Dutra. Documentação do AEE na escola inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 3).
- BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso; LUSTOSA, Francisca Geny. Práticas pedagógicas inclusivas em salas de aula. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 4).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

DISCIPLINA: MÓDULOS OBRIGATÓRIOS TRANSVERSAIS		
Carga horária total:	**Abordagem metodológica:**	**Natureza:**
30 h	Teórica com conteúdo não presencial	Obrigatória

EMENTA

Formação transversal em educação inclusiva, gestão e meio ambiente, conforme as orientações curriculares estabelecidas pela DIPEPI/SECADI/MEC para os cursos vinculados ao Plano Bienal de Formação.

OBJETIVO GERAL:

Compreender os princípios e as práticas da educação inclusiva, da gestão educacional e da educação ambiental, articulando esses campos às políticas públicas e às orientações curriculares estabelecidas pela DIPEPI/SECADI/MEC, de modo a promover uma atuação profissional ética, colaborativa e comprometida com a equidade, a sustentabilidade, a valorização da diversidade e a garantia do direito à educação.

Bibliografia Básica:

- Cadernos 2 (AEE), 3 (Documentação pedagógica) e 4 (Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula).
- PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; RODRIGUES, Nathália Meneghine dos Santos; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Atendimento Educacional Especializado (AEE): concepções e metodologias. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 2).
- PLETSCH, Márcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; NUNES, Francisca Sueli Farias; GALERY, Augusto Dutra. Documentação do AEE na escola inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 3).
- BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso; LUSTOSA, Francisca Geny. Práticas pedagógicas inclusivas em salas de aula. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 4).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

10.Procedimentos didático-metodológicos

O Curso de Formação Continuada (FIC) de Formação e Atuação do Profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado na modalidade Educação a Distância (EaD), adotará procedimentos didático-metodológicos fundamentados na articulação entre teoria e prática, na aprendizagem colaborativa, na reflexão crítica e na valorização das experiências profissionais dos

cursistas, visando ao desenvolvimento de conhecimentos e competências necessários à promoção da educação inclusiva.

O processo de ensino e aprendizagem será desenvolvido por meio de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que disponibilizará materiais didáticos, conteúdos organizados por módulos ou unidades de estudo, atividades formativas, orientações pedagógicas, fóruns de discussão e instrumentos de acompanhamento e avaliação. Serão utilizados recursos digitais diversificados, como videoaulas, textos de referência, legislações, materiais acessíveis, apresentações, podcasts, estudos dirigidos e objetos de aprendizagem, de modo a favorecer a autonomia, a flexibilidade e a participação dos estudantes.

As estratégias metodológicas contemplarão:

- Estudos teóricos orientados: leitura e análise de textos acadêmicos, documentos normativos, políticas públicas e legislações relacionadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva, ao AEE e à atuação dos profissionais envolvidos nos processos de inclusão escolar.
- Videoaulas e materiais didáticos digitais: disponibilização de conteúdos explicativos e orientações para o desenvolvimento dos estudos, acompanhados de materiais complementares que favoreçam a compreensão e a consolidação dos conhecimentos.
- Fóruns de discussão e atividades colaborativas: promoção do diálogo, da troca de experiências e da reflexão coletiva sobre os desafios da inclusão escolar, as barreiras à aprendizagem e à participação e as possibilidades de atuação profissional.
- Estudos de caso e situações-problema: análise de situações contextualizadas do cotidiano escolar, visando à identificação de barreiras, à discussão de estratégias de acessibilidade e à compreensão das atribuições e dos limites de atuação do profissional de AEE, conforme a organização e as orientações institucionais aplicáveis.
- Atividades práticas e aplicadas: elaboração de propostas de intervenção, análise de recursos de acessibilidade, identificação de tecnologias assistivas e construção de estratégias colaborativas que contribuam para a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes.
- Atividades de reflexão e autoavaliação: realização de registros reflexivos, questionários, sínteses de aprendizagem e atividades de autoavaliação, possibilitando ao cursista acompanhar seu desenvolvimento e relacionar os conhecimentos adquiridos à prática profissional.
- Encontros síncronos, quando previstos no planejamento do curso: realização de web conferências, rodas de conversa, palestras e momentos de esclarecimento de dúvidas, favorecendo a interação entre docentes, tutores e cursistas.

A mediação pedagógica será realizada por professores e/ou tutores, conforme a organização institucional, por meio do acompanhamento das atividades, da orientação dos estudos, do esclarecimento de dúvidas e da oferta de devolutivas formativas. Serão adotadas estratégias de acessibilidade digital e comunicacional, com atenção à disponibilização de materiais em formatos acessíveis, à clareza das orientações e à diversidade dos perfis dos cursistas.

A avaliação da aprendizagem terá caráter contínuo, processual e formativo, considerando a participação nas atividades propostas, a compreensão dos conteúdos, a capacidade de análise crítica e a aplicação dos conhecimentos em situações relacionadas à atuação profissional. Poderão ser utilizados questionários, fóruns avaliativos, estudos de caso, atividades individuais e colaborativas e produções aplicadas, de acordo com os objetivos de cada componente curricular e os critérios estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Dessa forma, a metodologia buscará promover uma formação contextualizada, acessível e comprometida com os princípios da educação inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia dos cursistas, da atuação colaborativa entre os profissionais da educação e da construção de práticas que favoreçam a eliminação de barreiras e a efetivação do direito à educação.

11.Descrição dos principais instrumentos de avaliação

A avaliação de desempenho dos alunos será composta pela realização de provas e, a critério do professor, a entrega de trabalhos dissertativos.

Para a avaliação da prática docente e do curso, os alunos serão convidados a responder um questionário de satisfação sobre a qualidade do curso, do ambiente virtual e do material didático.

12.Definição dos mínimos de frequência e/ou aproveitamento da aprendizagem para fins de aprovação/certificação

Para aprovação e certificação no curso serão exigidos: nota média final igual ou maior a 60 pontos. Fará jus ao certificado de capacitação o/a aluno/a que for aprovado/a em todas as disciplinas do curso. O trâmite para emissão dos certificados seguirá o previsto no regulamento de ensino do IFMG (IFMG, 2026), no regimento interno do campus Arcos e demais normas internas aplicáveis.

13.Infraestrutura física e equipamentos

A oferta do curso na modalidade a distância será sustentada pela infraestrutura institucional do IFMG Campus Arcos e pelos recursos tecnológicos de todo o IFMG disponíveis para a organização, o desenvolvimento e o acompanhamento das atividades acadêmicas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle será utilizado como plataforma principal para a disponibilização de materiais didáticos, videoaulas, atividades avaliativas, fóruns, comunicados, orientações acadêmicas e acompanhamento da participação e da aprendizagem dos estudantes.

O campus dispõe de estrutura física e tecnológica de apoio à produção e à transmissão de conteúdos educacionais, incluindo estúdio audiovisual equipado para gravação de videoaulas, realização de encontros síncronos, palestras, entrevistas e demais atividades formativas mediadas por tecnologias digitais. Esses recursos serão utilizados pelos docentes e pela equipe do curso na produção de materiais didáticos, nas ações de acolhimento, nas atividades complementares e nos momentos de interação com profissionais da área

O curso contará com apoio da biblioteca física e virtual, de repositórios digitais, dos canais de comunicação institucional e de ferramentas tecnológicas compatíveis com a modalidade EaD.

Os materiais didáticos e as salas virtuais seguirão diretrizes e padrões definidos pelo Comitê de EaD do campus e pelas orientações institucionais relativas à produção de materiais para cursos a distância, incluindo o Catálogo de Suporte à Produção de Materiais Didáticos do IFMG

O suporte ao AVA Moodle será realizado por meio de orientações iniciais na disciplina de Ambientação ao EaD, de tutoriais, de comunicados disponibilizados na sala virtual e dos canais de atendimento definidos pela coordenação do curso.

estudantes utilizarão o fórum geral de dúvidas para solicitar orientações sobre acesso à plataforma, navegação no ambiente virtual, localização de materiais, envio de atividades, participação em fóruns, realização de avaliações e uso das ferramentas digitais previstas no curso.

Quando necessário, serão realizados atendimentos síncronos agendados para esclarecimento de dúvidas técnicas ou acadêmicas relacionadas ao uso do AVA Moodle e dos demais recursos tecnológicos. Também serão utilizados e-mail institucional, mensagens no próprio ambiente virtual e outros canais definidos pela coordenação para atendimento individualizado.

A infraestrutura da oferta também contemplará condições de acessibilidade e inclusão. Quando identificadas necessidades educacionais específicas, a coordenação do curso articulará, junto aos

setores institucionais competentes, especialmente o NAPNEE, estratégias de apoio, adequação de materiais, orientação pedagógica e acompanhamento individualizado, de modo a favorecer a participação, a permanência e o êxito dos estudantes na modalidade a distância.

14. Considerações Finais

Considerando a constante necessidade de aprimoramento das políticas, diretrizes e aspectos pedagógicos da educação, visualizando, em especial, o alinhamento com as demandas sociais do país, este projeto pedagógico de curso não se configura como documento final e acabado. Ao contrário, prima-se e pela constante discussão pela sua melhoria, sendo propostas adequações e revisões, sempre que pertinente.